
MEDEIROS, Flavia. *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 2017. 221 p.

Rômulo Bulgarelli Labronici*

Universidade Federal Fluminense – Brasil

Seria a morte o fim absoluto? Segundo a obra da antropóloga Flávia Medeiros, não necessariamente. Em seu livro intitulado *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*, fruto de um trabalho etnográfico elaborado inicialmente como dissertação de mestrado, a autora nos leva a pensar a morte, não como o fim, mas como o ponto de partida para compreender como um fenômeno “natural” se torna cultural por meio de uma série de processos institucionais que expressam distintos significados de um corpo sem vida.

Aqui, a autora discute como uma instituição da burocracia público-estatal, submetida à polícia, exerce o controle sobre corpos sem vida e como esses corpos são transformados em *mortos* pela burocracia. Para isso, adentra no cotidiano do Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto (IML), destacando a prática de trabalho com cadáveres, para então entender como os registros públicos lá produzidos se relacionam com a produção de verdade sobre os mortos. Os exames dos corpos e a produção de registros têm como objetivo revelar a causa da morte, a identificação civil do cadáver e, concomitantemente, produzir informações sobre a morte, isto é, o IML dá prosseguimento à morte à medida que a define. Assim, é a morte que dá vida a esta estrutura que se organiza através dos saberes da medicina, da polícia, do direito e da medicina legal; saberes que conformam o esquema básico da vida burocrático-institucional.

Para além de uma atribuição do IML, a morte é um acontecimento ao qual cada cultura atribui significados próprios. Suas relações encontram-se presentes nas sociedades e fazem com que ela e as maneiras de lidar com ela sejam particulares a partir de significados construídos. Enquanto tabu, a morte

* Pesquisador do INCT-InEAC (bolsista CNPq). Contato: romulolabronici@gmail.com

ocupa nos sistemas de classificação o lugar de impureza e do perigo (Douglas, 2010), principalmente através da figura do cadáver. Entretanto, argumenta a autora, a morte no IML é tratada segundo formas disciplinares de dominação dos corpos inseridos nos processos de construção das homogeneizações dos indivíduos pela violência simbólica (Bourdieu, 1994) e pela normalização (Foucault, 2007). A utilização de tal argumentação teórica possibilitou enxergar a morte como uma imposição da vida sobre os indivíduos, isto é, enquanto mecanismo de poder que deixa marcas no espaço social.

Para além disso, a morte marca seu lugar no tempo e reivindica a sua importância. Nesse sentido, ela é um acontecimento do fenômeno da vida que marca a história e, conseqüentemente, a estrutura social (Sahlins, 1990), estando presente na sequência cronológica e lógica da vida. Assim, ela é um acontecimento dos vivos, ao mesmo tempo em que é um evento potencialmente transformador e desafiador da estrutura a partir do inesperado.

Aqui, o par “vida” e “morte” é acionado de modo indissociável através do controle da sociedade sobre os indivíduos e seus corpos. Desse modo, a autora destaca o papel do saber médico e do poder do Estado. O primeiro se apresenta como um conhecimento disciplinado discursivamente que objetiva o discurso do corpo natural e tem como estratégia biopolítica (Foucault, 2007) o controle e a normatização dos corpos. Já o segundo é caracterizado pelo controle do Estado, através de sua forma jurídico-policia, exercido sobre os corpos mortos enquanto corpos de indivíduos. A burocracia pública expande seus limites de ação e de controle marcando os mortos através dos registros correntemente produzidos no exercício do controle das funções do IML.

Esse lugar é assim apresentado pela autora como um espaço privilegiado para observação de tais questões, não apenas por possuir formas de controle médicas e policiais, mas por ser o local onde a morte ocorre. Lá os corpos encontram a morte, por meio da medicina, da polícia, da justiça e da medicina legal, e se transformam em mortos, sendo o IML a caixa-preta das vítimas fatais da cidade do Rio de Janeiro, onde nenhum morto ingressa por acaso.

Ao adentrar no IML, os mortos realizam os atos de instituição (Bourdieu, 2008) da morte nos registros públicos. Caminhos que levam cadáveres em mesas por corredores, ao mesmo tempo em que constroem os procedimentos médico-legais e burocráticos. Caminhos estes que, após cruzados por corpos sem vida, constroem mortos. Assim, a partir da descrição das trajetórias dos corpos e dos papéis, a autora analisa as práticas de seus interlocutores e como

a institucionalização da morte possibilita a existência de uma burocracia pública que determina e institui um corpo como “morto”. *Matar o morto*, nesse sentido, significa construir a morte a partir de categorias próprias; transformar o corpo sem vida em um morto com *causa mortis* definida em termos médicos. Por outro lado, os peritos do IML buscam conclusões, a partir das rotinas médico-legais e cartoriais, que dão vida aos mortos na medida em que os identificam e classificam suas mortes.

Além dos elementos estruturantes do IML a autora apresenta como a experiência (dela e de seus interlocutores) afeta o cotidiano do trabalho com a morte. Com um trabalho de campo minucioso e consistente, a autora realiza uma descrição sensorial desse universo. O tato, o olfato, o paladar, a visão, a audição e o afeto correspondem às experiências marcadas no próprio corpo. Seja pela presença mesma do corpo, seja pelo odor que marca o tempo e o espaço no IML ou pelo uso de metáforas que remetem a um “banquete”.

O ato de “ver cadáveres” com suas entranhas sendo expostas, medidas e pesadas na *necropsia* estabelece o tom do trabalho e deixa claro que poucos seriam os antropólogos dispostos a se aventurar em um campo como esse. Não apenas pelo conteúdo gráfico e violento da observação, mas pelo que a ideia de morte representa em nossa sociedade, na qual mortos são representantes da desordem na classificação sistêmica. Além disso, há a questão do cheiro, que é um dos principais motivos de repúdio e curiosidade. O cheiro é tema de conversa entre os funcionários do IML, e os odores que habitam seus corredores ativam a memória dos que circulam por ali. Como afirmou um de seus interlocutores: “Ver morto a gente acostuma, mas o cheiro mexe com a gente diferente... nem sempre tem como controlar” (p. 154). Ainda, a atenta observação dos exames necrópsicos evidenciou uma série de categorias ou metáforas que remetem ao universo alimentar. O cadáver chamado de *presunto*, a *bandeja*, a *mesa*, a *carne*; as palavras e expressões utilizadas pelos policiais, como um universo de metáforas, remetem e evocam o campo semântico de um banquete, dos alimentos, da comida.

Ao longo do texto é possível observar como a presteza e o cuidado nos procedimentos podem caracterizar o respeito ou a punição com o morto. Com uma organização textual em capítulos intitulados “esqueleto”, “carne e sangue” e “espírito”, o livro se torna a representação metafórica de um corpo vivo, no qual a autora produz uma etnografia refinada sobre o cotidiano da instituição. Flavia Medeiros encerra seu texto com epílogo referente ao *atirador*

de Realengo, um jovem que invadiu uma escola no subúrbio carioca e matou mais de 12 pessoas, na maioria mulheres, e se suicidou em seguida. Ao perscrutar os diversos sentidos atribuídos aos mortos, a autora nos faz lembrar, com um trabalho de fôlego, consistente e de indiscutível originalidade, como os tratos envolvendo os procedimentos no IML denotam formas de continuidade social dos *mortos* e permitem que a instituição produza diferentes *mortos* e estabeleça seu lugar social mesmo após a morte.

Referências

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39).

BOURDIEU, P. *A economia de trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio e Janeiro: Jorge Zahar, 1990.